

**ISRAEL, LÍBANO E O *HEZBOLLAH*:  
CONFLITO ISOLADO OU PRENÚNCIO DE UMA  
CONFRONTAÇÃO MAIS VASTA?**

José Pedro Teixeira Fernandes

Colóquio-debate sobre Política e Relações Internacionais

Título da Comunicação

**GEOPOLÍTICA DO CONFLITO: UM OLHAR SOBRE OS  
ACTORES EM CONFRONTO**

Livraria Almedina do Arrábida Shopping

26/Outubro/2006

## Índice

1. O Líbano: actor estadual «soberano» ou mero «teatro de operações»?
2. O *Hezbollah*: partido político ou «estado dentro do estado»?
3. Israel: agressão militar do Líbano ou actuação em legítima defesa?
4. Reflexões finais

## **1. O Líbano: actor estadual «soberano» ou mero «teatro de operações»?**

Apesar da sua reduzida dimensão (tem 10.400 Km<sup>2</sup>, cerca de metade do Alentejo português), o Líbano é um país que não encaixa com facilidade no modelo de Estado-Nação soberano, ao qual acedeu em 1943 (após independência da antiga potência colonial – a França – que, desde o final da I Guerra Mundial, em 1918, administrava o território libanês, juntamente com a Síria).

Antes do período colonial francês (25 anos), o Líbano – tal como os actuais territórios de Israel, da Autoridade Palestiniana, da Jordânia, da Síria e do Iraque – esteve submetido ao poder imperial otomano, e ao seu sistema teocrático de governação, durante cerca de quatro séculos.

Por esta razão, o «cunho otomano» e a sua forma de governação político-religiosa está profundamente enraizada (algo que se pode encontrar noutros territórios com o mesmo passado, como os Balcãs e Chipre). Uma das características mais marcantes é a não consideração do indivíduo em si mesmo, abstraindo da sua crença religiosa, mas antes um catalogar do

indivíduo como membro de uma comunidade religiosa (considerando-o apenas como membro da mesma, quer fosse, ou não, agnóstico ou até mesmo ateu...). Esta tradição político-religiosa deixou marcas que se transferiram para o «Estado-Nação» libanês.

Com uma população que se situa algures entre os 3,5 e os 4,0 milhões de habitantes o Líbano reconhece, oficialmente, 18 confissões religiosas<sup>1</sup>. Note-se que não há estatísticas oficiais da população e suas confissões religiosas desde 1932, dada a sensibilidade política do assunto... (o que não é propriamente invulgar nos países de herança otomana: por exemplo, na Albânia, o último censo oficial data do período de ocupação italiana, durante a II Guerra Mundial...).

Esta extrema diversidade religiosa tem prolongamentos importantes na vida política: quer na versão original do «Pacto Nacional», quer na versão revista pelos Acordos de Taif (1989) que puserem fim à guerra civil libanesa o Parlamento ou Assembleia Nacional (embora resulte de eleições), tem, de

---

<sup>1</sup> Cristãos Católicos Maronitas, Cristãos Ortodoxos Gregos, Cristãos Católicos Gregos (Melquitas), Cristão Arménios Ortodoxos (Gregorianos), Cristãos Arménios Católicos, Cristãos Sírios Ortodoxos (Jacobitas), Cristãos Sírios Católicos, Cristãos Romanos Católicos (Latinos), Cristãos Coptas, Cristãos Evangélicos, Cristãos Caldeus Católicos, Igreja Assíria do Oriente, Muçulmanos Sunitas, Muçulmanos Xiitas duodecimanos, Muçulmanos Xiitas septimanos (Ismaelitas), Muçulmanos Xiitas Druzos, Muçulmanos Xiitas Alauitas, Judeus (hoje residuais).

antemão, «lugares cativos» para os diferentes grupos religiosos: 64 para os grupos cristãos (Maronitas 34, Gregos Ortodoxos 14, Gregos Católicos 8, Arménios Ortodoxos 5, Arménios Católicos 1; e 64 para os grupos muçulmanos (Sunitas 27, Xiitas ortodoxos 27, e grupos heterodoxos como os Druzos e os Aluitas têm 8 e 2 lugares respectivamente).

Mas a questão não fica só pela distribuição dos lugares do Parlamento. A chefia dos órgãos de soberania do Estado obedece à mesma lógica de «democracia» religioso-comunitária (ou «democracia» sectária): o Presidente da República deve ser um Cristão Maronita (cargo actualmente desempenhado por Émile Lahoud); o Primeiro-Ministro um Muçulmano Sunita (actualmente Fouad Siniora); e o Presidente do Parlamento deve ser um Muçulmano Xiita.

Olhando para esta realidade interna pouco conhecida (e, provavelmente, bastante estranha), não é talvez muito surpreendente que o conflito ocorrido no Verão de 2006 não tenha seguido o modelo de uma confrontação militar clássica entre Estados soberanos, com os seus exércitos nacionais, mas antes oposto directamente uma facção/confissão religiosa do Estado libanês (os Xiitas/*Hezbollah*) com um exército clássico (Israel).

## **2. O *Hezbollah*: partido político ou «estado dentro do estado»?**

O *Hezbollah* é um movimento religioso-político que surgiu no Líbano, em 1982, durante o período da guerra civil, como uma espécie de produto de exportação do xiismo iraniano (o xiismo duodecimal ou duodecimano) e do ideário islamista radical do *Ayatollah* Khomeini. Actualmente é liderado pelo Xeiue Sayyid Hassan Nasrallah, uma personagem bastante mediatizada neste recente conflito com Israel.

No contexto libanês importa notar que a população Xiita – a base natural de apoio e recrutamento do *Hezbollah* (onde enfrenta a concorrência do *Amal*, literalmente «Esperança», o outro grande partido xiita fundado por Mūsā al-Sadr e liderado por Hussein el-Husseini durante a guerra civil) – é já a confissão religiosa mais importante do país, sendo a tendência aumentar ainda mais o seu peso relativo no conjunto da população. Isto, devido à sua taxa de crescimento demográfico mais elevada e a uma menor emigração para o exterior do que a dos Cristãos e a dos Muçulmanos Sunitas.

Quanto à designação *Hezbollah* – que significa literalmente o «Partido de Deus» –, foi adoptada a partir dum versículo do Corão (surata «A Mesa

Servida», 5: 56): «Os que tomam por amigos Alá, o Seu Enviado e os que crêem, são membros do partido de Alá: esses são os vencedores», sendo este o mais conhecido e importante dos muitos «*Hezbollahs*» que existem em todo o Médio Oriente.

O seu manifesto ideológico e programa de governação foram divulgados na «Carta Aberta», publicada em 1985, no periódico *al-Safir* de Beirute, inserindo-se, genericamente, numa filiação ideológica islamista. Todavia, contém especificidades relevantes devido ao facto de ser um «teopartido» ligado ao Islão Xiita (e que resultam também do próprio ambiente local e regional onde se encontra inserido).

Uma das especificidades sociológicas interessantes do credo Xiita (e relevante para o conhecimento da suas atitudes e formas de pensar) é a *taqiyya*, normalmente traduzido por “dissimulação” ou “camuflagem” (usualmente é fundamentada no Corão, 29: 3, Surata A Família de Imran: [...] «Tanto se ocultais o que há em vossos peitos como se o mostrais, Alá conhece-o, e conhece o que há nos Céus e na Terra [...]»). A prática da *taqiyya*, reconhecida religiosamente, permite ocultar os pensamentos e/ou

sentimentos num ambiente exterior hostil ou pouco receptivo à exteriorização da crença.

Uma outra especificidade da maior importância é perfilhar a teoria do *wilayat al-faqih*, também derivada dum versículo do Corão (surata «A Mesa Servida», 5: 44). Esta teoria política foi construída a partir da interpretação que o *Ayatollah* Khomeini fez desse versículo corânico, sustentando a supremacia do teólogo-jurista (estas duas matérias não conhecem separação no Islão clássico) muçulmano para governar. O principal argumento é que estes dispõem de «conhecimento sagrado para adivinhar o significado oculto do Corão», conhecimento esse que lhes permite também «participar na revelação final da palavra de Deus».

Realizável ou não, o ideal do político *Hezbollah* é, por isso, a instauração sobre o território e a população do Líbano dum Estado islâmico regido pela Xária e funcionando sob a supervisão do *wali al-faqih*, o teólogo-jurista que desempenha o cargo de «guia supremo» (ou seja, actualmente do *Ayatollah* Ali Khamenei do Irão, que sucedeu nessa posição a Khomeini, após a morte deste último, em 1989).

Sendo esta a ideologia (e fidelidade) transnacional do *Hezbollah* colocam-se, inevitavelmente, três grandes interrogações:

- i) A decisão de raptar os soldados israelitas, que directamente desencadeou o conflito com Israel, foi uma decisão meramente local dos líderes do *Hezbollah*, ou resultou duma estratégia concertada com o «guia supremo» iraniano?
- ii) Se o Líbano é um Estado soberano e o *Hezbollah* um partido político libanês, como afirma o seu líder (de facto, tem representação no Parlamento e presença no governo do país), porquê o seu armamento e a sua força militar ou paramilitar, que tudo indica ser superior à do «exército nacional» libanês?
- iii) Estará o Direito Internacional Público, que foi pensado para relações entre Estados soberanos (incluindo a guerra), adaptado a este tipo de actores não estaduais e a situações *de facto* de guerra (mas onde não há uma declaração formal de guerra)? Como tratar os actores não estaduais com forças de combate significativas ou até superiores a actores estaduais. São «civis» ou «militares»?

### **3. Israel: agressão militar do Líbano ou actuação em legítima defesa?**

Com um território de reduzida dimensão (21.600 Km<sup>2</sup>), numa área comparável à do Alentejo, em que uma parte é dificilmente habitável ou mesmo inabitável (o deserto do Neguev, no Sul), Israel surgiu como Estado soberano em 1948. Esta nova realidade estadual ocorreu após a retirada da antiga potência colonial – o Reino Unido, em 1947 – que, desde o final da I Guerra Mundial, em 1918, administrativa a Palestina, tal como tinha ocorrido com a Transjordânia e o Iraque.

Ligado à administração colonial britânica encontra-se a «Declaração Balfour», ou seja a uma missiva diplomática datada de 2 de Novembro de 1917, subscrita por *Lord* Arthur James Balfour, na altura o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros do governo britânico, e dirigida a Walter Rothschild (Barão de Rothschild) o líder na época da comunidade judaica britânica, suportando os planos da criação de um «lar nacional» judeu na Palestina.

Antes do período colonial britânico (cerca de 30 anos), e tal como aconteceu no Líbano, o território e população desta região do Mediterrâneo oriental esteve submetido ao poder imperial otomano e ao seu sistema teocrático de governação, durante cerca de quatro séculos.

O aparecimento de Israel como Estado soberano, a 14 de Maio de 1948, foi legitimado, face ao Direito Internacional Público, por uma Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas de 1947 (em 1949, Israel foi admitido como membro da ONU). Nesta resolução tinha sido aprovado um plano de partilha da Palestina, sob mandato britânico, em dois Estados: cerca de 55% do território seria para a população judaica e 45% para a população árabe. Quanto à cidade de Jerusalém, ficaria sob um mandato internacional das Nações Unidas.

Do lado judeu, David Ben-Gurion aceitou a Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas, enquanto do lado árabe a Liga Árabe recusou-a.

Os desenvolvimentos subsequentes são bem conhecidos. Desde a sua fundação Israel tem Estado numa situação de guerra mais ou menos ininterrupta com os seus vizinhos árabes.

Na guerra de 1948, o Egípto, a Síria, a Jordânia, o Líbano e o Iraque juntaram forças para tentar erradicar o nascente Estado de Israel, não tendo sido bem sucedidos militarmente.

Na guerra de 1967 (conhecida como a “guerra dos seis dias”), o Egípto, a Jordânia e Síria preparam-se para voltar a atacar Israel, tendo sido derrotado militarmente numa manobra de antecipação israelita, onde a Força Aérea desempenhou um papel preponderante.

Em Outubro de 1973, no dia da comemoração religiosa judaica do Yom Kippur, os exércitos do Egípto e da Síria lançaram um novo ataque militar de surpresa contra Israel, cujos sucessos iniciais, foram posteriormente revertidos pelo exército israelita, saldando-se o confronto por um «empate».

Em 1982, na sequência da guerra civil libanesa e da desestabilização no Sul do Líbano provocada pelos refugiados e guerrilha palestina, Israel invadiu e ocupou o Sul desse país, tendo retirado definitivamente em 2000.

Em 1987, surgiu a primeira «Intifada» nos territórios palestinos ocupados por Israel, na sequência dos conflitos anteriores com os seus vizinhos árabes.

Em 2000, surgiu a segunda «Intifada» após o fracasso de mais uma ronda de negociações de paz, patrocinadas pelo ex-Presidente norte-americano, Bill Clinton.

Em 2006, o movimento islamista palestino HAMAS, ganhou as eleições legislativas, passando Israel a ter também a Sul do seu território um «teopartido» no poder, sendo este Sunita (a Norte tem o *Hezbollah* libanês, que é Xiita, como já vimos). Na Carta do HAMAS (1988), que explicita os seus objectivos e ideologia, o artigo 8º estabelece que «Alá é o objectivo, o Profeta o seu modelo e o Corão a sua constituição».

Para além das questões externas, a realidade interna de Israel é também bastante complexa. A sua população que andarà próxima dos 7 milhões de habitantes, comporta uma diversidade religiosa significativa, dentro e fora do judaísmo: existem cerca de 16% de muçulmanos sunitas (a grande maioria dos quais são os chamados «árabes-israelitas», mais cerca de 2% de druzos, que também são muçulmanos), o que perfaz cerca de 18% de população muçulmana (segundo algumas estatísticas é na ordem dos 21%).

Este aspecto é interessante porque normalmente Israel é apresentado como «Estado judaico», ficando implícita a ideia que é um Estado homogéneo do ponto de vista religioso (a realidade é que cerca de 76% da população segue essa religião, pelo que há minorias não judaicas importantes).

Esta ideia, habitualmente difundida pelos *media*, contrasta, curiosamente com a categorização da Turquia como «país maioritariamente muçulmano», quando, neste caso, mais de 99% da população é muçulmana e as minorias não muçulmanas são residuais.

ISRAEL = ± 76% da população religiosa ou sociologicamente judaica = «Estado judaico»

TURQUIA = ± 99% da população religiosa ou sociologicamente muçulmana = «País maioritariamente muçulmano»

Importa notar que a população de Israel aumentou de cerca de 800.000 habitantes em 1948, para quase 7 milhões em 2006.

O seu grande incremento deveu-se, sobretudo, às sucessivas vagas de emigrantes que foram afluindo a Israel (aproveitando a «Lei do Retorno» adoptada em 1950 pelo Knesset, o Parlamento israelita, que estabelece que «todo o judeu tem o direito de imigrar para Israel»). Calcula-se que estas vagas tenham sido responsáveis por mais de 42% do crescimento demográfico do país. A última grande vaga iniciou-se em 1989, e tem origem na Rússia e no países da antiga União Soviética (anteriormente, as duas grandes vagas migratórias foram originárias, respectivamente, da Europa – e América até aos anos 60, e da Ásia e África nos anos 70 e 80).

Desta forma, num Estado muito jovem do ponto de vista histórico (vai fazer 60 anos em 2008), e num território escasso, convivem mais de 50 grupos étnico-religiosos (os mais conhecidos são os Sefarditas, os judeus da Península Ibérica e dos países da bacia mediterrânica; e os Asquenazes, os judeus originários do Centro e do Leste europeu e dos seus descendentes – que estão na origem do próprio Estado de Israel), procedentes dos vários continentes, que falam cerca de 40 línguas distintas.

Com esta grande diversidade étnico-religiosa existente no país, colocam-se, inevitavelmente várias questões:

- i) Israel é um Estado-Nação e existe uma identidade nacional em Israel? Como se integram populações tão heterogéneas?
  
- ii) Será o conflito com os palestinianos útil para assegurar a coesão interna, o mesmo se podendo dizer com o conflito com o *Hezbollah* no Líbano? Não será o *Tsahal*, o exército israelita, o principal instrumento de criação de uma identidade nacional, através do serviço militar obrigatório?
  
- iii) E será também essa preocupação com a coesão interna uma das razões que poderá justificar a forte reacção militar ao rapto dos seus soldados, que alguns críticos de Israel qualificaram não como uma legítima defesa, mas uma agressão do Líbano?

#### 4. Reflexões finais

Mesmo não subscrevendo os cenários catastrofistas de um III Guerra Mundial, é difícil não reconhecer que a confrontação entre Israel e o *Hezbollah*, tem «ligações perigosas» com outras dinâmicas e tensões já existentes na região Médio Oriente (e a nível mundial) bem como potencial para fazer alastrar a conflitualidade.

Os casos mais evidentes destes riscos são, na nossa opinião, as três situações seguintes:

- i) Uma actuação ou reacção militar excessiva de Israel, nos conflitos com os palestinianos e os seus vizinhos árabes, sejam eles actores estaduais ou não estaduais, que alimente uma espiral de violência incontrolável;
- ii) A progressão do islamismo radical como ideologia, com a sua utopia de um homem novo – o *homo islamicus* não contaminado pelo materialismo e ateísmo ocidental (que faz lembrar outras

utopias ocidentais do século XX, como a fascista ou a comunista) – a qual tem vindo a ganhar terreno no mundo árabe e islâmico (o *Hezbollah* e o Hamas são apenas duas pontas desse movimento ideológico) e a sua pretensão de «erradicar Israel do mapa» (como está explícito na Carta do HAMAS e na «Carta Aberta» do *Hezbollah*);

- iii) As ambições de poder e de liderança dentro do mundo árabe-islâmico que, desde a primeira guerra, em 1948, têm levado à sucessiva instrumentalização da causa palestina (Egipto de Nasser, nos anos 50 e 60; Síria de Hafez el-Assad nos anos 70; e Iraque de Saddam Hussein nos anos 80 e 90, respectivamente). Actualmente é sobretudo o Irão Xiita de Ahmadinejad que parece estar a usar a causa palestina, para legitimar a sua ambição nuclear aos olhos dos seus vizinhos e rivais muçulmanos Sunitas (Egipto, Arábia Saudita, Turquia, etc.);